

## **PROJETO DE LEI Nº /2009**

**Institui a Política sobre Mudança do  
Clima do Estado da Bahia e dá  
outras providencias.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA** faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

### **TÍTULO I DA POLÍTICA SOBRE MUDANÇA DO CLIMA DO ESTADO DA BAHIA**

#### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º – A Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia reger-se-á pelos objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos estabelecidos por esta lei.**

**Parágrafo único.** A Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia norteará a elaboração do Plano Estadual sobre Mudança do Clima, dos planos municipais, bem como de outros planos, programas, projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à mudança do clima, em consonância com a Política e o Plano Nacional.

#### **CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES**

**Art. 2º – A Política Estadual sobre Mudança do Clima é regida pelos seguintes princípios:**

**I - a proteção do sistema climático para as gerações presentes e futuras, pautado por uma sociedade sustentável;**

**II - a prevenção da interferência antrópica perigosa no sistema climático;**

**III - a precaução, consistente na adoção de medidas que, mesmo diante da ausência de certeza científica formal acerca da existência de um risco de dano sério ou irreversível, permitam prevenir esse dano, como garantia da segurança e bem-estar da população e conservação do ambiente;**

**IV- as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades dos países, como consagrado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, levando-se em conta a contribuição histórica dos países para o aquecimento global;**

**V - o reconhecimento das diversidades física, biótica, demográfica, econômica, social e cultural dos territórios de identidade do Estado da Bahia na identificação das vulnerabilidades à mudança do clima e na implementação de ações de mitigação e adaptação;**

**VI** - a importância da educação para a progressiva ampliação da compreensão dos fenômenos relacionados às mudanças do clima;

**VII** – o crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, como pilares interdependentes que se reforçam mutuamente.

**Art. 3º – A Política Estadual sobre Mudança do Clima tem como objetivos:**

**I** - evitar os impactos negativos das interferências antrópicas no sistema climático, estimulando, em seu território, a redução progressiva das emissões de gases de efeito estufa e a captura e estocagem desses gases;

**II** - definir e implementar medidas para promover a adaptação à mudança do clima em todos os Territórios de Identidade, setores econômicos e sociais, especialmente aqueles mais vulneráveis aos seus efeitos adversos;

**Parágrafo único.** Os objetivos da Política Estadual deverão compatibilizar o crescimento econômico com a proteção do sistema climático em consonância com o desenvolvimento sustentável, buscando sempre que possível, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais;

**Art. 4º São diretrizes da Política Estadual sobre Mudança do Clima:**

**I** - os compromissos assumidos pelo Brasil na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e no Protocolo de Quioto;

**II**- o estabelecimento da cooperação no âmbito local, regional, nacional e internacional, voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa sob o ordenamento da Convenção;

**III** - a inserção do Estado no esforço nacional nas ações voltadas a redução de emissões de gases de efeito estufa-**GEE** e desenvolvimento sustentável no enfrentamento das mudanças climáticas pela implementação de planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais pertinentes de forma coordenada, complementar e harmônica;

**IV**- o desenvolvimento de programas para compreensão e mobilização da sociedade no que concerne a mudança do clima a fim de promover a participação pública em processos decisórios;

**V**- a promoção de pesquisa, produção e divulgação de conhecimento a respeito da mudança do clima, das vulnerabilidades do estado ao fenômeno, das medidas de adaptação e mitigação dos seus impactos;

**VI** - a adoção de ações de mitigação à mudança do clima em consonância com o desenvolvimento sustentável, que sejam, sempre que possível, mensuráveis, passíveis de ser informadas e verificáveis;

**VII** - a adoção de medidas de adaptação para reduzir os efeitos adversos da mudança do clima e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico;

**VIII** - a adoção de estratégias integradas de mitigação e adaptação à mudança do clima;

**IX** - promover a pesquisa, o desenvolvimento e a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a:

a) mitigar a mudança do clima por meio da redução de emissões antrópicas por fontes e do fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa;

b) identificar vulnerabilidades e, a partir desta identificação, implementar medidas de adaptação adequadas;

**X** - utilizar instrumentos financeiros e econômicos para promover ações de mitigação e adaptação à mudança do clima, observando a legislação vigente;

**XI**- identificar e alinhar os instrumentos de ação governamental já estabelecidos para a consecução dos objetivos desta Política;

**XII**- aperfeiçoar e garantir a observação sistemática e monitoramento preciso do clima e suas manifestações no território estadual;

**XIII**- promover e facilitar, em conformidade com leis e regulamentações existentes, a educação, a capacitação e a compreensão sobre mudança do clima; adotando pluralismo de idéias e concepções pedagógicas na perspectivas da inter, multi, e transdisciplinaridade;

**XIV**- apoiar e estimular padrões sustentáveis de produção e consumo, de forma a contribuir para os objetivos desta Política;

## **TÍTULO II**

### **DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA SOBRE MUDANÇA DO CLIMA DO ESTADO DA BAHIA**

**Art. 5º São instrumentos da Política Estadual sobre Mudança do Clima:**

**I** - o Plano Nacional sobre Mudança do Clima;

**II** - o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima;

**III** - Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, de acordo com os critérios estabelecidos por esta Convenção e por suas Conferências das Partes;

**IV** - as Resoluções da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima;

**V** - as Resoluções do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima;

**VI**- o Plano Estadual sobre Mudança do Clima;

- VII** - o Plano Estadual de Combate a Desertificação;
- VIII** - o Plano Estadual do Meio Ambiente;
- IX** - o Plano Estadual de Educação Ambiental;
- X** - o Plano Estadual de prevenção e combate a incêndios florestais;
- XI** - o Plano Estadual de Saúde;
- XII** - o Inventário Estadual de Gases de Efeito Estufa - GEE;
- XIII** - o Mapa Estadual de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas;
- XIV** - o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado da Bahia;
- XV** - o Fundo Estadual de Recursos Ambientais;
- XVI** - medidas fiscais e tributárias destinadas a estimular a redução das emissões e remoção de gases de efeito estufa, a serem estabelecidas em lei específica;
- XVII** - as linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros públicos e privados;
- XVIII** - as dotações específicas para ações em mudança do clima no Orçamento do Estado;
- XIX** - os mecanismos financeiros e econômicos referentes à mitigação da mudança do clima e à adaptação a esses efeitos que existam no âmbito nacional e internacional;
- XX** - as medidas existentes ou a serem criadas que estimulem o desenvolvimento de processos tecnológicos e tecnologias limpas para geração e consumo de energia, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa;
- XXI** - as medidas de divulgação, educação e mobilização nos diversos setores da sociedade;
- XXII** - dados do monitoramento climático nacional, estadual e municipal;
- XXIII** - o desenvolvimento de linhas de estudos e pesquisas.

## **CAPÍTULO I**

### **PLANO ESTADUAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA**

**Art. 6º** O Plano Estadual sobre Mudança do Clima visa fundamentar e orientar a implementação da Política Estadual por meio de ações e medidas que objetivem a mitigação da mudança do clima e a adaptação aos seus efeitos;

**Art. 7º** O Plano Estadual sobre Mudança do Clima será elaborado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente sob a coordenação da Superintendência de Políticas para Sustentabilidade;

**Art. 8º** A estratégia de elaboração do Plano Estadual sobre Mudança do Clima deverá prever a realização de consultas públicas através do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade para manifestação dos movimentos sociais, setor científico, setor empresarial e de todos os demais interessados no tema, com a finalidade de promover a transparência do processo e a participação social na elaboração e implementação;

**Parágrafo único.** O processo de consulta pública incluirá os resultados da III Conferência Nacional de Meio Ambiente, II Conferência Estadual do Meio Ambiente, I Conferência Estadual Infanto Juvenil pelo meio ambiente II e III Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo meio ambiente, das reuniões do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade, entre outras iniciativas;

**Art. 9º** O Plano Estadual sobre Mudança do Clima, em consonância com a Política Estadual de Educação Ambiental, deverá promover o desenvolvimento e a realização de campanhas, programas e ações de educação ambiental, em linguagem acessível e compatível com os diferentes públicos, com o fim de conscientizar a população sobre as causas e os impactos decorrentes da mudança do clima e as alternativas, individuais e coletivas, de mitigação e fortalecimento dos sumidouros de gases de efeito estufa, com a participação da sociedade civil organizada e instituições de ensino;

### **TÍTULO III**

#### **DA GESTÃO DA POLÍTICA SOBRE MUDANÇA DO CLIMA DO ESTADO DA BAHIA**

**Art. 10º** Os instrumentos da Política Estadual sobre Mudança do Clima, na sua dimensão institucional, articulam-se com os seguintes fóruns, colegiados e espaços públicos ou institucionais:

**I** - o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - FBMC;

**II** - o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade;

**III** - a Coordenação Estadual de Defesa Civil – CORDEC, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza;

**IV** – o Centro de Meteorologia do Estado da Bahia – CEMBA, do Instituto de Gestão das Águas e Clima - INGÁ;

**V** – o Conselho Estadual de Saúde;

**VI** - a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia – CIEA-BA;

**VII** - o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM;

**VIII** - o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH;

## **TÍTULO IV DAS DEFINIÇÕES E DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **CAPÍTULO I DEFINIÇÕES**

**Art. 11 Para os fins previstos nessa lei entende-se por:**

**I** – ação antrópica: ação humana sobre o ambiente;

**II** - adaptação: iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima;

**III** - desertificação: a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas;

**IV** - desenvolvimento sustentável: desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Implica na compatibilidade do desenvolvimento econômico, justiça social e proteção ao meio ambiente, como dimensões interdependentes que se reforçam mutuamente;

**V** - efeitos adversos da mudança do clima: mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos;

**VI** - emissões: liberação de gases de efeito estufa ou seus precursores na atmosfera numa área específica e num período determinado;

**VII** - fonte: processo ou atividade que libere na atmosfera um gás de efeito estufa, um aerossol ou precursor de gás de efeito estufa;

**VIII** - gases de efeito estufa: constituintes gasosos da atmosfera, naturais e antrópicos, que absorvem e reemitem radiação infravermelha;

**IX** - impacto: os efeitos da mudança do clima nos sistemas humanos e naturais;

**X** - mitigação: mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros;

**XI** - mudança do clima: mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis;

**XII** – sociedade sustentável: é a estruturação da sociedade na perspectiva da sustentabilidade em todas as suas dimensões: sociais, econômicas, humanas e na natureza com sua integralidade.

**XIII** - sumidouro: processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera um gás de efeito estufa, um aerossol ou um precursor de um gás de efeito estufa;

**XIV** - território de identidade: unidade de planejamento adotada pelo Governo da Bahia a partir de 2007 que representa um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, como grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial; (MDA).

**XV** - vulnerabilidade: grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema, em função de sua sensibilidade, sua capacidade de adaptação e do caráter, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos.

## **CAPÍTULO II**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 12** - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que for necessário à sua aplicação, no prazo de 90(noventa) dias.

**Art. 13** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em        de        de 2009.

**JAQUES WAGNER**  
*Governador*

Eva Maria Célia Dal Chiavon  
Secretária da Casa Civil

Juliano Sousa Matos  
Secretário do Meio Ambiente